



FACULDADE ANÍSIO TEIXEIRA
COLEGIADO DOS CURSOS DE JORNALISMO E PUBLICIDADE E
PROPAGANDA
Curso de Bacharelado em Jornalismo

GÉSSICA DA SILVA SAMPAIO
MAYANA MACEDO SOBRAL

OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA: Um estudo de caso das jornalistas
Dandara Barreto e Luana Assiz

FEIRA DE SANTANA, BA
DEZEMBRO, 2020

GÉSSICA DA SILVA SAMPAIO
MAYANA MACEDO SOBRAL

**OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA: Um estudo de caso das jornalistas
Dandara Barreto e Luana Assiz**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado por Géssica da Silva Sampaio e Mayana Macedo Sobral ao Colegiado dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana como pré-requisito avaliativo obrigatório para obtenção do título de Bachareis em Jornalismo.

Orientadoras: Prof. Andréa Souza e Profa. Ma. Daniela Costa Ribeiro.

FEIRA DE SANTANA, BA
DEZEMBRO, 2020

OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA: Um estudo de caso das jornalistas Dandara Barreto e Luana Assiz

*Géssica da Silva Sampaio e Mayana Macedo Sobral¹,
Prof. Andréa Souza e Profa. Ma. Daniela Costa Ribeiro²*

RESUMO

A objetividade jornalística é um tema amplamente discutido por diversos teóricos. No entanto, poucos estudos relatam como tal fundamento se aplica a profissionais mulheres, com todas as limitações que seu gênero impõe em uma sociedade fundamentada em ideais patriarcais. Esse artigo tem como objetivo descobrir, dentro dos espaços que ocupam, até que ponto jornalistas do gênero feminino podem expressar o que pensam no exercício de sua profissão. Para isso faremos uma revisão bibliográfica sobre estruturas que impõem obstáculos as mulheres tanto no jornalismo quanto em outras profissões e sobre a objetividade, elemento das teorias do Jornalismo que discute a isenção do jornalista. Também apresentaremos um estudo de caso com duas jornalistas que buscam seu espaço de posicionamento nos veículos que trabalham.

Palavras-chave: Objetividade Jornalística; opinião; mulheres

ABSTRACT

Journalistic objectivity is a subject widely discussed by various theorists. However, few studies report how such a foundation applies to professional women, with all the limitations that their gender imposes in a society based on patriarchal ideals. This article aims to discover, within the spaces they occupy, the extent to which female journalists can express what they think about the exercise of their profession. For this we will make a bibliographic review on structures that impose obstacles on women both in journalism and in other professions and on objectivity, an element of journalism theories that discusses the journalist's exemption. We will also present a case study with two journalists looking for their positioning space in the vehicles that work.

Keywords: Journalistic Objectivity; Opinion; Women.

¹ Discentes do Curso de Bacharelado em Jornalismo, x semestre da Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana. E-mail: gessicasampaiojr@gmail.com e mayanamacedo14@gmail.com.

² Docentes do Curso de Bacharelado em Jornalismo da Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana. E-mail: andrea.silva@fat.edu.br e daniela.costa@fat.edu.br

INTRODUÇÃO

Mesmo com anos de luta pelos seus direitos, as mulheres ainda batalham por espaço, principalmente no que diz respeito ao mercado de trabalho. No jornalismo não é diferente. Assim como em outros ambientes de trabalho, nas redações as mulheres são sujeitas a todo tipo de injustiça por causa do seu gênero, como salários menores e assédio moral, como revela a pesquisa *Desigualdade de Gênero no Jornalismo*, realizada em 2016.

Nesse cenário, encontramos exemplos de mulheres que não só lutam para conseguir uma posição de destaque dentro da sua prática profissional, mas que também usam as posições de destaque que ocupam para dar voz a grupos minoritários e a pautas sociais. Condutas assim são um desafio, uma vez que, simplesmente por serem mulheres, suas vozes têm menor “peso” perante a chefia, os colegas e a audiência. Este trabalho, portanto, tem como objetivo investigar até que ponto as jornalistas podem expressar o que pensam dentro dos espaços que ocupam.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, realizamos um estudo de caso com as jornalistas Dandara Barreto, do *Programa Transnotícias* da rádio TransBrasil, e Luana Assis, da *TV Bahia*, afiliada da Rede Globo. Buscamos compreender os desafios que essas profissionais enfrentam diante o machismo, preconceito, representatividade, desigualdade de gênero e seus posicionamentos pessoais nos veículos nos quais trabalham. Durante a pesquisa, apuramos se elas já perceberam algum impacto positivo ou negativo na vida cotidiana do público que as acompanha causado pela expressão da opinião delas sobre determinado assunto.

A metodologia adotada foi a realização de entrevistas focal realizadas através da plataforma *WhatsApp* em novembro de 2020. As entrevistas ocorreram individualmente, no intuito de considerar as especificidades de atuação e trajetória profissional das jornalistas, e de explorar ao máximo cada pergunta feita até encontrar respostas que contribuam para a elucidação de aspectos da temática levantada nesta pesquisa.

1. Feminismo, machismo e patriarcado

Até o século XIX, as mulheres eram vistas como inferiores aos homens e não tinham os mesmos direitos que eles. (OLIVEIRA, 2019, p.21) É na Revolução Francesa que o termo Feminismo surge como “um movimento social, de cunho político e econômico, seu principal objetivo é lutar por direito iguais, entre homens e mulheres, nunca buscando uma posição de superioridade, mas sim de igualdade entre os sexos” (OLIVEIRA, 2019, p. 21)

O movimento surge em oposição aos costumes da sociedade patriarcal, na qual o papel das mulheres se limitava a cuidados domésticos e dedicação total aos filhos e ao marido, sendo educadas desde cedo para tal, não podendo trabalhar e nem tão pouco opinar em assuntos como economia e política (OLIVEIRA, 2019, p. 21)

Djamila Ribeiro reforça que, para além do movimento feminista tradicional, é preciso dar espaço para o feminismo negro. Segundo a autora, “Numa sociedade de herança escravocrata, patriarcal e classista, cada vez mais torna-se necessário o aporte teórico e prático que o feminismo negro traz para pensarmos um novo marco civilizatório” (RIBEIRO, 2016, p. 101)

Ribeiro (2016) lembra que, enquanto as mulheres brancas começaram a luta em busca de seus direitos, a mulher negra lutava para ser vista como um ser humano. A autora defende que a mulher negra além de enfrentar a luta por igualdade de direito, ainda enfrenta diversos outros desafios em busca de sua dignidade. Ela cita Kilomba para enfatizar seu argumento:

Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. (...) (KILOMBA, 1980, apud RIBEIRO, 2019, p. 102)

De acordo com Ribeiro (2016), “A invisibilidade da mulher negra dentro da pauta feminista faz com que essa mulher não tenha seus problemas sequer nomeados. E não se pensa saídas emancipatórias para problemas que sequer foram ditos. (RIBEIRO, 2016, p. 101).

O patriarcado, segundo Oliveira (2019), “é caracterizado por ter a figura central o patriarca, ou seja, o pai, sendo simultaneamente o chefe da casa. Este modelo familiar deu origem a uma grande influência organizacional, tanto

na política quanto na sociedade” (2019, p.22). É nessa ideia de superioridade do homem que se forma o pensamento machista:

O machismo pode ser genericamente considerado como um ideal a ser atingido por todos os homens e acatado e ou invejado pelas mulheres. O machismo constitui, portanto, um sistema de representações-dominação que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado que se confirmam mutuamente numa situação de objetos. (DRUMONT, 1980, p. 81)

Segundo Drumont (1980, p. 81), essa é uma ideia disseminada desde criança através de relações que acabam moldando suas consciências, como, por exemplo, “a menina é geralmente conduzida para as atividades que não produzem dinheiro, enquanto que o garoto é necessariamente orientado para uma profissionalização”. Dessa forma, o podemos dizer que o machismo “denota a supremacia masculina em todos os âmbitos – físico, social e psicológico justificando, assim, que o homem tem poder para maltratar uma mulher” (BARBANO, CRUZ, 2015, p. 161)

1.1. Lutas femininas

Pensamentos relevantes surgem para todo o mundo quando aconteceu a Revolução Francesa em 1789, envolvendo igualdade, fraternidade e ideais de liberdade com início do novo cidadão com direitos e sem opressão. (CARVALHO, 2011).

As diferenças de gênero foram fortalecidas para todos os seres humanos, pois fraternidade, igualdade e liberdade estavam estabelecidas em quem possuía determinadas características físicas:

Homens brancos, heteros e de posse. Os sujeitos que apresentavam essas características, que faziam parte da elite dominante, consideravam que as mulheres não poderiam usufruir dos benefícios dessa revolução, pois exerciam um papel social importante no âmbito doméstico, como mães, boas cuidadoras do lar e esposas. Esse acontecimento fortaleceu ainda mais as questões de gênero, recolocando a mulher atuando somente dentro da esfera privada. (CARVALHO, 2011, p. 146).

As lutas femininas se basearam na igualdade de condições, mas a própria organização política era baseada em modelo masculino e patriarcal. Após as conquistas dos direitos civis, nos anos 30, as condições de igualdade das mulheres foram legalizadas.

Percebe-se que o sujeito universal masculino sempre esteve à frente da arena de decisões, sejam elas políticas, sociais ou domésticas. Ou seja, havia uma exclusão das mulheres da arena dos direitos civis, do Estado de direito. Esse foi um argumento importante para o surgimento dos movimentos femininos na luta por direitos, fazendo emergir debates na arena pública em defesa da cidadania feminina. (CARVALHO, 2011, p. 147).

Fleury (2003 apud Carvalho 2011, p. 149) diz que: “a cidadania requer uma participação ativa na comunidade política”. Segundo Carvalho (2011), mesmo com sua participação nos movimentos sociais, as mulheres ainda são uns dos grupos mais desprovidos de proteção social, principalmente as mais pobres. “E esse quadro só pode ser mudado a partir da construção de políticas de combate à discriminação, envolvendo um aumento da representação desse grupo nos espaços de poder. (CARVALHO, 2011, p. 149).

Costa (1998, apud Carvalho 2011, p. 149) salienta que “as mulheres vêm assumindo um papel de provedoras e de chefes de família, sobretudo por deterem em suas mãos o poder aquisitivo e contribuir efetivamente para o orçamento doméstico”.

A participação feminina nos movimentos sociais rompe com sua condição de invisível perante a sociedade, tornando-a uma legítima cidadã, possuidora de deveres e direitos, mesmo sendo esse um processo recente, uma verdadeira busca pelo resgate da cidadania. (CARVALHO, 2011, p. 150).

Os movimentos sociais feministas seriam, por tanto, ferramentas para que esse grupo possa alcançar o que lhe é de direito, assim como estabelecer sua posição igualdade como cidadã, podendo assim usufruir mesmos privilégios que os indivíduos do sexo oposto.

2. Principais Pilares do Jornalismo

A objetividade no jornalismo serve de orientação para quem produz informação levando fatos e/ou acontecimentos e quem consome essas informações com intuito de tirar suas conclusões e ficar bem informado. Por exemplo:

A objetividade jornalística é um conceito fundamental para a atividade, já que serve de orientação e parâmetro não somente para a prática dos jornalistas, como também orienta os seus diversos públicos no consumo diário de notícias. (HENRIQUES, 2018, p.2)

Sponholz citado por Henriques (2018, p. 3) afirma que:

A aspiração pela objetividade deve ser entendida como a busca e aproximação da realidade. Neste sentido, ela não só é possível, como também necessária. O conhecimento total da realidade continua sendo uma utopia, a busca deste é, no entanto, o que nos leva a ir adiante.

A imparcialidade no jornalismo “se refere de forma mais direta à seleção e ao tratamento dos fatos dados pelo jornalismo, aproximando-se do sentido de objetividade.” (LISBOA, 2012, p. 66). A imparcialidade, segundo Lisboa (2012), “está relacionada a integridade moral do jornalismo enquanto provedor de informações e à ausência de interesses privados”(p. 68)

Há muita polêmica entre alguns autores quando se trata do conceito de isenção:

Maria Elisa Porchat (2004) diz que somente a isenção é que leva à verdade, o que acaba por beneficiar a sociedade. Para a autora, o jornalista só exerce sua função de mediador social quando é isento. Já Ricardo Noblat (2003), acredita que não existe verdade absoluta. Segundo ele dois repórteres podem narrar um mesmo acontecimento de forma diferente, mas se forem bons repórteres não divergirão no essencial. Luiz Costa Pereira Junior (2006) diz que não é pecado ético do jornalista publicar suas opiniões, a transgressão está em não identificar essa opinião como sendo pessoal, assumindo uma suposta neutralidade, opinião e informação devem estar devidamente separadas e identificadas. (PAVAN; WELTER, 2009, p.2).

Para ter credibilidade no jornalismo é necessário passar confiança ao seu público através da verdade “o jornalista tem como objetivo esclarecer e expor a verdade dos fatos à sociedade.” (FRAZÃO, 2006, *online*)

A verdade é considerada um dos elementos fundamentais para a existência de um jornalismo sólido. Todavia, se viu que pode haver distorções em sua conjuntura. O jornalista tem como objetivo esclarecer e expor a verdade dos fatos à sociedade. Entretanto, os meios de comunicação se tornaram um mercado, onde vale mais o preço que é pago por certa informação do que pela qualidade desta. (FRAZÃO, 2006, *online*)

A credibilidade está ligada a confiança sendo uma característica confiável a alguém. De acordo com Giddens; Luhmann (apud LISBOA 2012, p.8) “a credibilidade seria uma característica do que é confiável, mas a confiança pode ser compreendida como um comportamento, uma expectativa em relação à atitude do outro ou de algo.”

2.1. Jornalismo, uma atividade profissional machista

O jornalismo foi, por muito tempo, uma área dominada pelos homens. A participação da mulher no jornalismo data da segunda metade do século XIX, porém de forma restrita, dentro dos limites impostos a elas na sociedade patriarcal da época (SANTOS e ROCHA, 2019).

Do século XIX até aqui, a participação feminina nas redações cresceu consideravelmente. Em 1986, as mulheres eram 36% dos profissionais dessa área no país e pouco mais de 40% dez anos mais tarde. (ROCHA, 2005 apud CASADEI, 2011, p. 2).

No entanto, mesmo com séculos de atuação na área e diversas conquistas de direitos alcançadas pelos movimentos femininos, a mulher ainda hoje é vítima de desigualdade no âmbito jornalístico. Na pesquisa *Desigualdade de Gênero no Jornalismo*, realizada pelo Coletivo das Mulheres Jornalistas, do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, em 2016, que ouviu 53 jornalistas de 21 estados (Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins), 61,6% das mulheres responderam já ter estado em situação onde um colega do gênero oposto recebia salário maior, mesmo desempenhando a mesma função.

A mesma pesquisa aponta ainda que entre as jornalistas questionadas, 77,9% disseram já rever ter sofrido assédio moral por parte da chefia ou de colega de trabalho, 78,5% disseram que algum entrevistado já teve atitude machista durante uma entrevista e 70,7% alegaram já ter deixado de ser designada para uma pauta pelo fato de ser mulher. Esses dados não só comprovam a existência de uma forma desprivilegiada de tratamento das mulheres no jornalismo, mas mostram também que essa desigualdade alcança várias esferas das suas rotinas profissionais. E essa desigualdade não está localizada em um veículo específico.

Uma pesquisa realizada pelo site Gênero e Número, em parceria com a Associação Nacional de Jornalismo Investigativo – Abraji, em 2017, ouviu 4771 jornalistas de 271 veículos diferentes. De acordo com os resultados, 65% jornalistas alegaram haver mais homens em cargos de poder, 92,3% afirmaram que já ouviram piadas machistas no ambiente de trabalho e 70,4% admitiram já terem recebido cantadas que as deixaram desconfortáveis no exercício da profissão.

Trazendo a discussão para um contexto mais atual, um episódio ocorrido em 18 de fevereiro de 2020 demonstrou, de forma escancarada, o que algumas jornalistas enfrentam diariamente. A repórter Patrícia Campos Mello, do jornal Folha de S. Paulo, foi vítima de um ataque machista, sexista e misógino de ninguém menos que o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. (FENAJ, 2020).

Na ocasião, Hans River do Nascimento, ex-funcionário de uma agência de disparos de mensagens em massa por WhatsApp e testemunha na CPI das Fake News no Congresso, afirmou, em depoimento, que a jornalista teria oferecido sexo em troca de informações. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020). Embora a jornalista tenha provado ser falsa a acusação e apresentado provas, isso não impediu o presidente de tentar desqualificar a repórter em pronunciamento, com falas de conotação sexual: a agressão foi transmitida ao vivo e gravada em vídeo.

Patrícia Campos Mello também recebeu várias ameaças e ofensas, nas mídias sociais vindas de apoiadores do presidente. (FENAJ, 2020) Vale ressaltar que os filhos do presidente eram suspeitos de envolvimento no esquema dos disparos das *fake news*, e tentaram barrar as investigações

várias vezes. Além disso, várias páginas bolsonaristas foram alvo da CPI. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

O machismo no jornalismo não se manifesta somente no tratamento ofensivo já mencionado. Uma vez que essa é uma profissão onde valores como objetividade, imparcialidade e isenção são exigidos, e tais valores “se aproximam muito mais facilmente de um *habitus* masculino, supostamente forjado na racionalidade na retenção emocional” (NEVEU, 2000, apud LELO, 2019. p. 8), as mulheres ficam em desvantagem no que diz respeito a confiabilidade das informações que coletam. Isso se relaciona ao fato de que são frequentemente enquadradas em estereótipos de gênero que as descreve como profissionais incapazes e/ou indefesas (LACHOVER, 2005, apud LELO, 2019), o que pode inclusive impedi-las de assumir cargos de liderança, uma vez que, se a sua conduta

Confirma os estereótipos acerca das mulheres, elas não são vistas como líderes apropriadas; se o seu comportamento é consistente com os estereótipos de liderança, elas não são pensadas como mulheres adequadas. (STEINER, 2014 apud LELO, p. 7)

Se, conforme Leite (2017 apud Lelo p.8), “a figura do jornalista vista de uma forma abstrata, neutra, universal remete às categorias masculinas”, questionamos aqui, como é vista a jornalista expressa a sua opinião e apresenta a opinião do veículo, mesmo que a opinião do veículo seja a mesma que a sua.

Segundo Advíncula e Alves (2018), a relação entre opinião e informação criou um grande impasse na classificação dos gêneros jornalísticos, tendo autores que defendem ambos como inseparáveis, assim como autores que os classificam como totalmente diferentes.

Para Chaparro (2008, p.162), mesmo as notícias que são consideradas objetivas não estão livres da opinião e influência de quem a enuncia, pois “resulta de seleções e exclusões deliberadas, controladas pela competência opinativa do jornalista”.

Ao relatar, narra-se uma história, com suas complicações e seus sucessos, mas os juízos de valor estão lá, explícitos, nas falas (escolhidas) dos personagens, às vezes até na agressividade dos títulos, e implícitos, nas

intencionalidades preexistentes das estratégias autorais e nas intencionalidades adquiridas pelo próprio texto (CHAPARRO, 2008, p.163).

Posselt (2017) tem uma interpretação semelhante. Segundo a autora,

Embora o jornalista não deva interferir na notícia quando se trata de informação, a opinião pode aparecer até mesmo de forma não intencional, com a escolha de determinadas palavras, que podem sugerir uma ideia ou insinuar algo que não era previsto (POSSELT, 2017)

No entanto, Beltrão (1980 apud Advíncula e Alves 2018, p. 89), defende que os jornais têm o direito de exercitar a opinião, desde que seja de forma honesta, uma vez que dessa forma “se torna fator importante na opção da comunidade pelo mais seguro caminho à obtenção do bem-estar e da harmonia social”.

Alves Filho (2011 apud Posselt, 2017, p. 53) caracteriza o opinativo como “Um gênero que serve para a discussão de questões relevantes da sociedade, mas também se presta como uma ferramenta de comunicação para as pessoas exigirem seus direitos”. Já segundo Melo (2003, p. 65), o gênero opinativo se define “por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: autoria (quem emite a opinião) e o ângulo (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião)”.

2.2. Empoderamento feminino e a luta por respeito

Empoderar é se expressar através de ações para fortalecer as mulheres, tomando poder de si mesma, evitando qualquer tipo de discriminação de gênero, raça e classe social.

Empoderamento é o processo que conduz à possibilidade de tomar decisões, fazer escolhas, falar, expor o que pensa e o que crê, o que deseja e do que precisa; e também de silenciar quando achar conveniente. É ser ouvida, respeitada, assistida, não ser oprimida nem subjugada, não sofrer violência; é ver acatados seus direitos e ter igualdade de oportunidades de acesso à educação, à produção de saberes, ao trabalho e à participação na vida pública. (FAGUNDES, 2017, p.89)

Schmitz e Tramontina citam Sardenberg (2017, p.101) que diz:

Na vertente feminista, o empoderamento está relacionado a todo o processo de libertação das mulheres. Isso significa dizer que empoderamento é quando as mulheres conseguem se libertar do poder patriarcal e tem a possibilidade de se autodeterminar, no sentido de colocar um basta à opressão de gênero. O empoderamento é considerado um processo, pois está em constante transformação, cujo início ocorre com a conscientização das mulheres sobre a opressão masculina, a fim que possam exigir que a sociedade passe a entender a necessidade de mudanças que garantam a diminuição da desigualdade de gênero. (TRAMONTINA; SCHMITZ, 2017, p.101).

No jornalismo, um exemplo de empoderamento foi o movimento #DeixaElaTrabalhar, que surgiu através de um grupo de 52 jornalistas que se juntaram e lançaram no Instagram e Twitter a campanha com objetivo de combater o assédio moral, sexual e o machismo que as mulheres sofrem no jornalismo esportivo enquanto trabalham em coberturas de jogos, nas ruas e nas redações. Com hashtags no Facebook e Instagram, o movimento atingiu, além de jornalistas de outras áreas, atletas e clubes brasileiros. (FERNANDES, 2019).

Isso posto, vale ressaltar que a pesquisa também se caracteriza como qualitativa e exploratória, já que também descreveu o que foi a #DeixaElaTrabalhar e abordou questões concernentes à relação da mulher-jornalismo esportivo, qualificando os dados obtidos durante o processo. (YIN, 2010, p. 41).

Para lançar a hashtag DEIXA ELA TRABALHAR, as organizadoras do movimento se uniram e produziram um vídeo com depoimentos de várias jornalistas sobre o tema. “O movimento tomou as mídias sociais, cresceu e também se fez presente para além do ambiente virtual” (YIN, 2010, p. 119).

O fato dessas mulheres estarem na frente de uma câmera, não coibiu a atitude de seus agressores. Diante da cultura de supremacia masculina, os homens, mesmo na presença de um mecanismo midiático - que por vezes é utilizado como ferramenta de vigilância -, não se sentiram intimidados. Pelo contrário, os homens cometeram os assédios justamente porque estavam sendo gravados. Eles cometeram uma violência, sabendo que era uma violência e sob registro. Esse padrão reitera que há consciência por parte dos agressores e que a exposição não é tida como problema para eles. (FERNANDES, 2019, p. 57).

Dentro do jornalismo, o esportivo é uma das áreas mais importante. Para Coelho (2003, p. 121) “Talvez não haja área do jornalismo tão sujeita a

intempéries quanto a cobertura de esportes. O profissional enfrenta o preconceito dos próprios colegas [...] e também do público”.

3. Gênero opinativo no jornalismo

Posselt (2017, p. 55) afirma, ancorada nos estudos de Melo (2003), que “a opinião pode ocorrer em quatro níveis, sendo por parte dos jornalistas, de colaboradores, dos leitores e a própria empresa”. Segundo Melo 2003, podem fazer parte das funções do jornalista a produção de comentários, resenhas, coluna, crônica, caricatura e, por vezes, o artigo. Com base nisso, Posselt explica que:

O comentário pode ter sua estrutura dividida, sendo uma parte dedicada a síntese do fato, explicando seu significado e outra ao desenvolvimento da argumentação em torno do acontecimento, julgando-o. Já em relação a resenha, relata-se que o meio ganhou popularidade a partir de apreciações de produtos culturais, tendo como objetivo orientar a ação de consumidores. A crônica marca a união entre jornalismo e literatura, relatando acontecimentos reais, de forma poética e com narração literária. (POSSELT, 2017, p. 54)

Para Melo (2003), o editorial, gênero do jornalismo opinativo, em pequenas empresas jornalísticas, mais frequentemente, reflete a opinião direta do dono. Já nas grandes empresas de comunicação, o editorial

Reflete o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade e da organização. Além dos acionistas majoritários, há financiadores (...), existem anunciantes (...) além de braços do aparelho burocrático do Estado. (MELO, 2003, p. 96)

Pensando nesse gênero dentro do telejornalismo, Rezende (2009) afirma que o editorial:

Caracteriza-se como um texto lido geralmente pelo apresentador que exprime a opinião da emissora sobre uma determinada questão. Em casos excepcionais, pode representar também a opinião dos editores do telejornal. Nessas situações, a opinião deixa de ser anônima e se confunde com a avaliação pessoal do editor. (REZENDE, 2009 apud PANIZA E SOUZA, 2014, p. 13)

3.1 Interesse Público x Interesse do Público

O interesse público é um dos critérios de noticiabilidade do jornalismo, que são os valores que determinam o que deve ou não se tornar notícia. (TRAQUINA, 2008). De acordo com Lisboa (2012, p. 89), o interesse público trata-se de “Uma espécie de justificação para a seleção dos fatos que se tornarão jornalísticos. É porque interessam à maioria que ganharão as páginas dos jornais e não o contrário”.

O interesse público se trataria então do critério que avalia se a informação irá ser relevante para grande parcela da população. No entanto, alguns autores acreditam que o jornalismo como “instituições que participam da construção social da realidade” (SARTOR, 2016, p.123) teria um papel do direto na construção do conceito de interesse público. Ainda segundo o autor, “o jornalismo representa um ator privilegiado e imprescindível ao processo de construção social do interesse público” (p.123).

O termo “interesse público” tende a ser invocado como estratégia discursiva para legitimar interesses que podem ter um caráter público ou não. Ainda que privadamente defendam interesses privados e em nome destes atuem na esfera pública, aqueles que pretendem obter o apoio da opinião pública precisam convencer o público de que estão, de algum modo, interessados no bem comum. (SARTOR, 2016, p. 125)

Christofoletti e Triches (2014, p. 485) alegam que “historicamente, as redações vêm se esforçando para justificar as ações de seus profissionais por interesses mais amplos que os dos proprietários dos meios de comunicação.” Segundo os autores, todo um “arsenal teórico” foi desenvolvido a fim de conferir a profissão “delegações públicas para proteger direitos e defender interesses da sociedade ou de seus grupos mais bem organizados”. (p. 485).

Os autores propõem uma destinação entre “interesse público” e “interesse do público”. O primeiro se atribui a que é importante para a sociedade, independente do que a audiência deseja saber ou pensa sobre tal tema e o segundo seria o que de fato a audiência quer ver. (CHRISTOFOLETTI e TRICHES, 2014, 486)

Sartor (2016) classifica as notícias de interesse do público como aquelas voltadas para o entretenimento, como vida das celebridades, por exemplo. Aqueles a quem essas notícias se destinam ganham status não mais de cidadãos e sim de consumidores.

Para o autor, o jornalismo pode selecionar um fato e construí-lo na perspectiva do interesse público, atribuindo essa qualidade a um relato que atende aos interesses comerciais da empresa jornalística, no que chama de “estratégia de legitimação” (SARTOR, 2016, p 124.). Estaria, dessa forma, falsamente atendendo ao interesse público.

Ainda segundo Sartor, é possível dosar os dois critérios, de forma mais ou menos equilibrada, na mesma narrativa acerca do acontecimento, tornando-a mais palatável às audiências, seja para obter êxito comercial, seja como forma de conferir mais visibilidade a uma questão de fato pertinente à esfera pública. (SARTOR, 2016, p. 125)

3.2 Objetividade: Mito ou Método?

Nilson Lage, em seu livro *Ideologia e Técnica da Notícia*, afirma que a objetividade “consiste basicamente em descrever os fatos tal como aparecem; é, na realidade, abandono consciente das interpretações, ou do diálogo com a realidade, para extrair desta apenas o que se evidencia” (LAGE, 2011, p. 19). No entanto, esse é, um conceito bastante refutado por outros teóricos da área. O próprio autor ressalta que ao ordenar os fatos e escolher quais expor quais suprimir, o jornalista deixa fatores subjetivos interferir no seu relato.

Para Felipe Pena (2005) um grande erro bastante cometido é definir a objetividade em oposição a subjetividade, quando, na verdade, deveria ser vista como uma característica inevitável. A objetividade seria o que garante algum rigor científico na complexa construção dos fatos.

Gayle Tuchman (1978 apud Pena 2005) defende que a objetividade está no método de construção da notícia, não no relato em si. Objetividade seria uma estratégia para evitar problemas e possíveis processos judiciais. A autora nomeia 4 procedimentos estratégico que determinariam como o jornalista alcança a objetividade: 1. Apresentação de possibilidades conflituosas, que trata-se de apresentar duas opiniões contrárias quando não se pode provar a veracidade de determinado fato. 2. Apresentação de provas auxiliares que consiste na apresentação de detalhes que justifiquem por que tal afirmação é verdadeira. 3. Uso judicioso das aspas, que representa a inserção do jornalista ao atribuir certa afirmação a fonte e 4. Estruturação da informação numa

sequência apropriada, que estabelece que a informação mais importante deve ser apresentada primeiro, seguido da menos relevante, estrutura de pirâmide invertida.

Para Tuchman (1978), objetividade não estaria na isenção completa de fatores subjetivos na notícia e sim no procedimento adotado na construção da matéria. Ao adotar tais procedimentos, o jornalista estaria se isentando da responsabilidade pelo fato noticiado, podendo alegar que está retratando um acontecimento.

Pena (2005) também defende a objetividade do método. Ele defende que a correta interpretação do conceito é fundamental para melhorar a imagem do profissional e para que o mesmo possa compreender melhor a natureza do seu trabalho. Para ele, o profissional jamais deixará de ser subjetivo.

A objetividade, então, surge porque há uma percepção de que os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiossincrasias. E como estas não deixarão de existir, vamos tratar de amenizar sua influência no relato dos acontecimentos. Vamos criar uma metodologia de trabalho. (PENA, 2005, p. 50)

4. Estudo de caso: Dandara Barreto

Com 4 anos de formação, a jornalista, Dandara Barreto foi produtora da *TV Subaé*, afiliada da *Rede Globo* em Feira de Santana e região, mas foi no rádio que ela se consolidou. Atualmente escreve para o *Blog do Velame* e é âncora nos programas de rádio *Transnotícias* da TransBrasil, e *Jornal da Manhã* da Jovem Pan.

Na entrevista realizada para este estudo de caso, Dandara revelou que nos veículos de comunicação que trabalha não há nenhuma limitação para seu posicionamento, permitindo a sua total opinião pessoal sobre quaisquer assuntos. Ela afirmou que a única limitação nesse sentido é ética, sem adiantar o julgamento da justiça, pois, segundo a jornalista, “a opinião é dada com liberdade, mas também com prudência e com ética para que aquilo não comprometa aquele veículo de comunicação.”

Barreto relatou que por ser uma mulher o único empecilho na profissão é o machismo, pois a opinião da mulher incomoda mais do que a do homem,

mas não deixa que esse obstáculo interrompa a sua fala. Ela também reconhece que como a mulher branca, tem certos “privilégios” que outras podem não ter.

A jornalista relatou uma situação em que, ao noticiar a uma decisão de uma autoridade política, tanto ela quanto seu colega de bancada, que é homem, opinaram sobre o assunto, mas somente a opinião dela incomodou o vereador. Segundo Barreto, o vereador “dedicou 30 minutos na Tribuna da Câmara na sessão do dia posterior para dizer que eu era apenas uma assessora, ele não me enxergava como uma âncora de um programa de rádio assim como meu colega: ele achava que eu era assessora do meu colega.”

A jornalista relata ainda que outras situações como essa aconteceram. “Já fui interrompida durante a minha fala, já tentaram de alguma forma desacreditar a minha opinião, mas isso até aqui isso nunca foi obstáculo para que eu pudesse dar a minha opinião”

O relato da jornalista Dandara Barreto reflete o já observado pelas pesquisas mencionadas neste artigo: por todo o país há a tentativa de rebaixar a mulher para uma posição de inferioridade. Embora tenha o privilégio de poder se expressar livremente no veículo em que trabalha, privilégio esse que não se aplica em todos os casos, a jornalista acaba sendo vítima de um pensamento machista que supõe que a opinião de uma mulher não tem valor algum. Ao mesmo tempo, o caso da jornalista mostra que mesmo essas dificuldades não a impediram de ser ouvida.

Quando questionada sobre objetividade jornalística, Barreto afirmou que reconhece como um dos pilares do jornalismo e que sim, descrevem os fatos como eles aconteceram. Segundo ela, “as interferências pessoais do jornalista não são colocadas ao fato”. Ela afirma que se garante a objetividade ao ouvir os dois lados da história. A opinião que emite surge a partir de uma análise dos dois argumentos e do que aconteceu. Tal afirmação reforça o pensamento de Gaye Tuchman (1978) de que objetividade está no método, não no conteúdo em si.

4.1 Estudo de caso: Luana Assiz

Luana Assiz é uma jornalista baiana, formada em 2008. Já passou pelas rádios Band News Salvador e CBN, Salvador, empresas de assessoria, TV Baiana e TVE. Desde fevereiro de 2019 atua como apresentadora em telejornais da Rede Bahia.

Ao ser entrevistada para esse estudo de caso, a apresentadora afirmou ser sim possível opinar nos telejornais em que atua após informações trazidas nas amarrações dos VTs, vivos, notas cobertas, offs-vivos e até trazer novas informações que se conectem ao fato. Segundo ela, por a emissora em que trabalham ter uma campanha intitulada “Sou Mulher, quero respeito”, comentários em relação a casos de feminicídio são recorrentes.

Assim como Dandara Barreto, Luana afirma que a opinião é de fato do jornalista que a emite, exceto no editorial, que expressa a visão do veículo sobre determinado assunto. Ela também confirma que expressar sua opinião é permitido em qualquer temática, desde que caiba um comentário sobre o assunto.

No entanto, diferente de Dandara Barreto, Luana afirma que ser mulher nunca se mostrou um empecilho para o exercício de sua profissão, embora reconheça que “Ser mulher preta torna qualquer jornada mais difícil num país estruturado pelo racismo”. Ela afirma também nunca ter sofrido ataques pessoais por conta de sua atuação como jornalista.

Em relação a possíveis recepções negativas da audiência, Luana afirma não ter como saber se alguma vez já teve sua opinião contestada por ser mulher ou por ser preta, no entanto, é possível que haja alguma desconsideração a sua atuação devido ao racismo que há no Brasil. No entanto, essa possibilidade jamais a impediu de realizar seu trabalho. “Não me pauto nessas pessoas. Sigo fazendo o que gosto e sei fazer, que é a comunicação, de diversas formas.”

Já em relação a sua atuação no programa “Conversa Preta”, no qual foram debatidas pautas em relação ao racismo e vivência de pessoas Pretas perante uma sociedade machista, Luana revela que devido à natureza do programa, que era de entretenimento, apresentado por pessoas negras que portanto tinham um local de fala “nos expressamos a partir de nossas vivências, mas também a partir do lugar de jornalistas levando informação e estimulando relatos dos convidados.”

Além da sua atuação na TV, Luana utiliza as mídias sociais para debater pautas sociais. Ela acredita que nessas mídias há a possibilidade de estabelecer relações mais profundas com as pessoas. No entanto, a sua atuação nesse meio é de acordo com seus princípios éticos e a função que exerce na tv. Ela reforça que não acredita que a Internet seja terra de ninguém, e que todo conteúdo expresso por lá deve ser publicado com responsabilidade.

Sobre a objetividade jornalística, Luana afirma que a apuração devida sempre é feita para garantir a credibilidade da notícia. “A checagem e recheagem dos fatos é tarefa básica. Antes de entrar no ar com qualquer informação, preciso saber do que estou falando e saber que a informação vem de fonte confiável.” Luana afirma que ela, assim como seus colegas, toma tais medidas para que dessa forma, o público sabe que pode confiar no jornalista e no que está sendo dito.

Os fatos relatados por Luana chamam a atenção por divergirem ao de Dandara Barreto em alguns pontos. Enquanto uma já vivenciou o machismo de perto na sua atuação profissional, a outra jamais percebeu qualquer impedimento que seu gênero possa ter causado, embora reconheça o machismo como um problema existente.

Não há como concluir o porque de experiências tão diversas, apenas supor que os diferentes veículos permitem diferentes perspectivas do público-audiência devido às diferentes formas de comunicar-se com fontes e público. Mas, assim como Dandara, Luana afirma não deixar que aspectos como machismo e racismo a impeçam de exercer sua função.

No entanto, no que diz respeito à objetividade, Luana também a atribui ao método de coleta das informações. Embora possa fazer parte do comentário pessoal, esse se baseia nas informações obtidas seguindo uma técnica de apuração jornalística, que, segundo a apresentadora, garante que o jornalista esteja a par dos detalhes sobre assunto que está noticiando.

Considerações finais

Por muitos anos, o simples fato de ser mulher impôs inúmeras limitações a esse grupo. Em uma sociedade onde o homem ainda é visto como um ser

superior, se impor, expressar sua voz e alcançar seu espaço pode ainda ser difícil para as mulheres, no entanto se faz necessário em diversas ocasiões. Pudemos concluir com este trabalho que essa realidade também se faz presente no âmbito jornalístico: as jornalistas que se aventuram nessa profissão podem não somente receber um tratamento ruim, mas também podem ter que conviver com pessoas invalidando seu discurso, apenas por causa de seu gênero.

Em um contexto em que o jornalismo exige cada vez mais expor determinado posicionamento para se aproximar da sua audiência, as mulheres dessa área acabam indo na contramão dessa tendência, já que, se opinam, são julgadas ou não levadas a sério, como revelou o estudo dos casos de Dandara Barreto e Luana Assiz. No entanto, esses dois exemplos também mostram que a persistência é o único caminho para enfrentar essa estrutura que tenta rebaixar mulheres a posições de inferioridade.

Movimentos como os Feminismos têm impulsionado as pessoas não só a desconstruir conceitos, mas também a alcançar as posições desejadas na sociedade e, ao persistirem em manter seus espaços, Dandara Barreto e Luana Assiz servem como exemplo para que outras mulheres vejam que podem ser o que quiserem.

Embora as opiniões que expressam nem sempre sejam pessoais, dependendo do veículo no qual trabalhem elas ainda incomodam alguns daqueles que as recebem, o que revela a persistência de uma sociedade machista. Por outro lado, os relatos das profissionais mostram que o modelo machista e patriarcal não impedirá mulheres de serem ouvidas.

Através do empoderamento, de luta por espaço, as mulheres no jornalismo, e, esperamos, nas demais profissões, mostram que vão continuar levando suas vozes, seja através de veículos jornalísticos ou por mídias sociais. Isso não significa que as injustiças não existem e nem que vão deixar de existir num futuro próximo. Mas, expressar suas opiniões, mesmo dentro das limitações que são impostas, também acaba sendo uma forma de luta por direitos.

Diante dos fatos, seguir em frente e persistir no alcance de seus objetivos parece ser a única alternativa para que no futuro, vozes femininas e

masculinas tenham igual importância e que a igualdade entre ambos seja plena.

REFERÊNCIAS

ADVÍNCULA, N. C.; ALVES, K. C. Informação x Opinião: caminhos históricos dos gêneros jornalísticos. In: Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo, 8, 2018, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo: Anhembi Morumbi, 2018, p. 1-12. Disponível em:

<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/jpjour/JPJor2018/paper/viewFile/1346/609>. Acesso em: 20 out. 2020.

BARBANO, L.; MARINHO, C. da C.D. Machismo, patriarcalismo, moral e a dissolução dos papéis ocupacionais. **Revista Família**, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social, Uberaba, v. 3, p. 159-165, 2015. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/4979/497950367006.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

CASADEI, Eliza B. A Inserção das Mulheres no Jornalismo e a Imprensa Alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. **Revista Alterjor**, São Paulo, ano 2, v.1, n. 3, p. 1-10 jan./jun. 2011. Disponível em:

http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/view/aj3-d3/pdf_41.

Acesso em: 20 set. 2020.

CARVALHO, D. J. A conquista da cidadania feminina. **Revista Multidisciplinar da Uniesp**. Presidente Prudente, n.11, jun. 2011, p. 143-153. Disponível em:

<http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20180403120759.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

CHAPARRO, M. C. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: travessias para uma nova teoria de gêneros. São Paulo, Summus, 2008.

CHRISTOFOLETTI, R. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHRISTOFOLETTI, R.; TRICHES, G. L. Interesse público no jornalismo: uma justificativa moral codificada. **FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 484-503. mai.-ago., 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/17588/11798>. Acesso em: 15 ago. 2019.

DRUMONT, M.P. Elementos para uma análise do machismo. **Revista Perspectivas**, Araraquara, v.3, p. 81-85, 1980. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1696/1377#:~:text=Elementos%20para%20uma%20an%C3%A1lise%20do,rela%C3%A7%C3%B5es%20entre%20os%20agentes%20sexuais..> Acesso em: 18 abr. 2020.

FAGUNDES, T. C. P. C. Empoderamento feminino: uma abordagem educativa. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 87-94, 2017. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/28. Acesso em: 15 jun. 2020.

FENAJ – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Nota oficial: Em defesa das mulheres jornalistas e contra o machismo**. Brasília, fev. 2020. Disponível em: <https://fenaj.org.br/nota-oficial-em-defesa-das-mulheres-jornalistas-e-contra-o-machismo/> Acesso em: 4 out. 2020.

FERNANDES, B. S. O. Mulheres jornalistas no meio esportivo televisivo: estudo de Caso do movimento #deixaeltrabalhar no instagram. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Jornalismo) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

FRAZÃO, S. M. O papel da verdade no jornalismo. **Revista Jornalismo Brasileiro**, São Paulo, n.7, 2 sem. 2016. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografia7_b.htm. Acesso em: 14 mai. 2020.

HENRIQUES, R. P. O problema da objetividade jornalística: duas perspectivas. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa, v.17, n.1, p. 256-268, jun. 2018.

Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/796>.

Acesso em: 15 mai. 2020.

LAGE, N. **Ideologia e técnicas da notícia**. São Carlos: Ufsc-Insular, 2001.

LELO, T. V. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 1-14, 2019.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000200224&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 14 set. 2020.

LISBOA, S. S. de M. **Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência**. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MELO, J.M.de. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

OLIVEIRA, A. de. **O movimento feminista e a luta da mulher contra a violência**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná, Pitanga, 2019.

PAVAN, R.; WELTER, G. Isenção ou omissão: temas/espços destinados ao jornalismo opinativo nos veículos de comunicação do interior. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 10, 2018, Blumenau. **Anais [...]**. Blumenau, 2009, p. 1-15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2009/resumos/R16-0206-1.pdf>
Acesso em: 24 mai. 2020.

PENA, F. **Teoria Do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

POSSELT, G. T. **Gêneros jornalísticos na contemporaneidade: uma análise dos jornais Folha do Mate e O Informativo do Vale**. 2017. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado, 07 dez. 2017.

RIBEIRO, D. Feminismo Negro para um Novo Marco Civilizatório. **SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo, n. 24. v.13, p. 99 - 104, dez. 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

ROCHA, P. M.; SANTOS, A. S. dos. As assimetrias de gênero no mercado de trabalho em jornalismo: um estudo sobre a participação feminina em redações do Amapá. São Paulo: **Novos Olhares**, v.8, n. 2, p. 30-42, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/153971>. Acesso em: 29 set. 2020.

SARTOR, B. A. A noção de interesse público no jornalismo. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SCHMITZ, G. A. P. D.; TRAMONTINA, R. Empoderamento feminino: uma análise a partir da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Brasília, v.3, n.1, p. 98-107, jan. /jun. 2017. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/1826/pdf>. Acesso em: 24 out. 2020.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, G. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1999, p. 256-268.

URIBE, G. Bolsonaro insulta repórter da Folha com insinuação sexual. **Folha de São Paulo**, Brasília, 18 fev. 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/bolsonaro-insulta-reporter-da-folha-com-insinuacao-sexual.shtml> Acesso em: 4 out. 2020.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.